

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**RECEBI**  
Em 03/10/25 às 15h08  
Edna V428  
Nome Ponto nº  
[Assinatura] 200587

**PROCESSO Nº 9/2025**  
(Representação nº 10, de 2025)

**Representante:** Partido dos Trabalhadores (PT)

**Representado:** Gilvan da Federal (PL/ES)

**Relator:** Deputado Albuquerque  
(Republicanos/RR)

### I – RELATÓRIO

O presente processo disciplinar, originário da Representação nº 10/2025, proposta pelo **Partido dos Trabalhadores (PT)** e recebido por este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tem por objetivo a punição do **Deputado Gilvan da Federal (PL/ES)**, com fundamento nas normas pertinentes da Constituição Federal, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Na exordial, relata o Representante que:

1. No dia 8 de abril de 2020, conforme noticiado no *Correio Braziliense*<sup>1</sup> e vídeo anexo, o Deputado representado, Gilvan

da Federal (PL-ES), em sessão da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, disse que:

*"E dizer mais. Você falou aí que a morte do Lula, do Alexandre de Moraes, essa loucura, que ninguém tem provas. Mas eu vou te falar, por mim, eu quero mais que o Lula morra. Eu quero que ele vá para o quinto dos infernos. É um direito meu. Não vou dizer que eu vou matar o cara, mas eu quero que ele morra. Que vá para o quinto dos infernos. Porque nem o diabo quer o Lula. É por isso que ele está vivendo aí. Superou o câncer. Tomara que tenha um ataque cardíaco. Porque nem o diabo quer essa desgraça desse presidente que está afundando o nosso país. E eu quero mais é que ele morra mesmo. E que andem desarmados. Não quer desarmar o cidadão de bem, que ele ande com o seu segurança desarmado. Parabéns, Paulo Belisco. O meu relatório é pela aprovação."*

2. No contexto de aprovação de um projeto de lei flagrantemente inconstitucional por (i) violação da separação dos poderes; (ii) usurpação de competência administrativa; (iii) ataque à garantia da função institucional de proteção do Chefe de Estado e da continuidade do Estado Democrático de Direito; (iv) incompatibilidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; (v) potencial ameaça à Segurança Nacional e integridade das instituições; (vi) abuso ou desvio do poder de legislar; o parlamentar, ora representado, se excedeu no exercício de sua imunidade parlamentar, para proferir, em tese, ofensas, ameaças, incitar a violência e fazer apologia de prática de ato violento contra o Chefe de Poder Executivo Federal.

(...)

Requeru, ao final, que fossem aplicadas ao Representado as penalidades cabíveis à espécie, inclusive a perda do mandato, conforme dispõe o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Representado, por sua vez, ofertou Defesa Prévia refutando os argumentos constantes na representação, destacando, em suma, que a sua fala estava protegida pela imunidade material, que não agiu com dolo e que, portanto, não há fato típico, e que, por fim, retratou-se espontaneamente.

É o breve relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' or 'D' shape with a horizontal line extending to the left and a small vertical stroke at the bottom.A handwritten signature in black ink, identical to the one in the middle of the page, consisting of a large, stylized 'S' or 'D' shape with a horizontal line extending to the left and a small vertical stroke at the bottom.